

GT67: Reduções, missões e aldeamentos indígenas nas américas: um percurso entre a antropologia e a história

Rafael Mendes Júnior, Vicente Cretton Pereira

A proposta deste grupo de trabalho é reunir pesquisadores cujos trabalhos girem em torno ou tenham como foco o contexto ameríndio reducional e missionário (América espanhola) e de aldeamentos (no caso da América portuguesa). Os paradigmas analíticos em torno dos quais pretendemos debater envolvem de um lado a antropologia histórica concebida como uma proposta de compreender o sentido dos discursos e das ações dos atores do passado no próprio contexto em que foram produzidas, i.e., tratar-se-á, acima de tudo, de indagar sobre os sentidos que esses atores deram ao seu próprio presente. De outro lado, empregaremos o que se tornou conhecido como "crítica etnográfica": uma releitura das fontes documentais com base na experiência etnográfica do pesquisador, sem, no entanto, realizar uma simples projeção. Esperamos contribuições cujas análises estimulem reflexões sobre as transformações e ressignificações enfrentadas pelos diversos coletivos indígenas em contexto de aldeamento ou missionário entre os séculos XVI e XIX, principalmente no que diz respeito às dinâmicas destes coletivos, sua autonomia, identidade, resistência, alianças, padrões de residência, epidemias, guerras interétnicas e intertribais, a poligamia, o canibalismo, a noção de pessoa, variações demográficas e o xamanismo.

O nome e os rastros: uma análise do uso das classificações sociais no apagamento da presença dos indígenas do antigo aldeamento da Jacoca, na Paraíba.

Autoria: Amandda Figueiredo

A Sesmaria da Jacoca foi concedida como recompensa aos indígenas identificados como da nação tabajara, por auxiliarem os portugueses nas Guerras de Conquista da Paraíba, sendo o grupo lá aldeado no início do século XVII (MURA et al., 2010; TAVARES, 1910). Após as Legislações Pombalinas (século XVIII), o aldeamento da Jacoca foi elevado à Vila do Conde, uma vila de índios que recebeu intenso fluxo de colonos que se instalaram nas terras do patrimônio indígena (CARVALHO, 2008). Na segunda metade do século XIX, sob a justificativa de que os indígenas estavam miscigenados à população regional, as terras do aldeamento foram loteadas e vendidas à elite agrária que ali se consolidava. Foram concedidos a alguns dos índios que viviam aldeados 58 lotes individuais de aproximadamente 30 hectares cada (MURA et al., 2010; MARQUES, 2015). Tomando a relação nominal desses indígenas como bússola no labirinto documental (GINZBURG e PONI, 1991) das paróquias e cartórios da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Jacoca e da Cidade da Parahyba, atual João Pessoa, para onde alguns migraram em fins do século XIX, analiso o desaparecimento da categoria de índio após 1860 dos registros de algumas famílias que viviam aldeadas, cujos membros passam a ser classificados como pardos ou morenos. Desde 2006 descendentes de um dos proprietários dos lotes iniciaram uma mobilização étnica que objetiva o reconhecimento identitário e a demarcação territorial de parte das terras do antigo aldeamento. Assim, o método onomástico (GINZBURG e PONI, 1991; SILVA, 2016) permitiu a reescrita de fragmentos da história desse povo sem história (GINZBURG e PONI, 1991; WOLF, 2005), de modo a refazer alguns dos caminhos de seu desaparecimento. O trabalho divide-se em três partes: na primeira discuto o método da micro-história, a construção do social e a pesquisa onomástica (GINZBURG e PONI, 1991; REVEL, 1998); na segunda apresento o contexto histórico do período no qual a documentação foi produzida; por fim, na terceira parte analiso o uso das classificações sociais (BOURDIEU, 1989; PACHECO DE OLIVEIRA, 1997) que possibilitaram o ocultamento da presença desses indígenas nos registros e, conseqüentemente, no imaginário social paraibano.

[Trabalho completo](#)

Notas comparativas sobre as terminologias de parentesco guarani nos séculos XVII, XVIII e contemporâneas.

Autoria: Rafael Fernandes Mendes Júnior

O presente trabalho tem o propósito de retornar a dois catecismos dos séculos XVII e XVIII para realizar uma análise comparativa da terminologia de parentesco guarani aí presentes e a terminologia contemporânea. O primeiro catecismo foi escrito pelo padre Antônio Ruiz Montoya, em 1639, intitulado *Aba retã*; o segundo, por Nicolas Yapuguai, catecúmeno guarani, sob a supervisão do padre Pablo Restivo, em 1724, intitulado *Explicacion de el Catechismo en lengua guarani*. Para o contexto atual, utilizarei a terminologia compilada em minha experiência de campo. Espera-se, neste exercício, sinalizar as permanências e as transformações tanto em face dos termos empregados quanto em relação às categorias que estes termos mobilizam.

A sesmaria dos índios de São Pedro (RJ): de aldeia à cidade

Autoria: Vicente Cretton Pereira

A proposta deste grupo de trabalho é reunir pesquisadores cujos trabalhos girem em torno ou tenham como foco o contexto ameríndio reducional e missionário (América espanhola) e de aldeamentos (no caso da América portuguesa). Os paradigmas analíticos em torno dos quais pretendemos debater envolvem de um lado a antropologia histórica concebida como uma proposta de compreender o sentido dos discursos e das ações dos atores do passado no próprio contexto em que foram produzidas, i.e., tratar-se-á, acima de tudo, de indagar sobre os sentidos que esses atores deram ao seu próprio presente. De outro lado, empregaremos o que se tornou conhecido como *crítica etnográfica*: uma releitura das fontes documentais com base na experiência etnográfica do pesquisador, sem, no entanto, realizar uma simples projeção. Esperamos contribuições cujas análises estimulem reflexões sobre as transformações e ressignificações enfrentadas pelos diversos coletivos indígenas em contexto de aldeamento ou missionário entre os séculos XVI e XIX, principalmente no que diz respeito às dinâmicas destes coletivos, sua autonomia, identidade, resistência, alianças, padrões de residência, epidemias, guerras interétnicas e intertribais, a poligamia, o canibalismo, a noção de pessoa, variações demográficas e o xamanismo.

33ª Reunião Brasileira de Antropologia - RBA

A 33ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA) foi realizada de forma on-line, pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

Às vésperas do bicentenário da Independência política do Brasil, a entidade mais antiga das Ciências Sociais do país – Associação Brasileira de Antropologia (ABA) - realizou o evento que contou com a participação de mais de 2 mil pesquisadores/ pesquisadoras da Antropologia e área afins oriundos da América Latina, América do Norte, Europa e África.

A programação contou com: 76 Grupos de Trabalhos, 32 Simpósios Especiais, 54 Mesas Redondas, 05 Oficinas, 04 Minicursos, 04 Conferências, 06 Reuniões de Trabalho, Lançamentos de Livros, Atividades do Prêmio Pierre Verger (Mostras de filmes, ensaios fotográficos e desenho); Feira de Livros e diversas premiações (Prêmio Pierre Verger, Prêmio Lévi-Strauss, Prêmio Lélia Gonzales, Prêmio Heloisa Alberto Torres, Prêmio Antropologia e Direitos Humanos, Prêmio de Ensino de Antropologia, Prêmio de Divulgação Científica, além da Medalha Roquette Pinto).

A Reunião permitiu à comunidade antropológica reafirmar seus compromissos com os direitos dos povos indígenas, com as populações das periferias, com as comunidades quilombolas, LGBTQI+ e de favelas. Se tratou de um evento de primeira grandeza para a Antropologia nesses tempos em que os direitos básicos estão ameaçados, possibilitando a reflexão, o questionamento e o pensar sobre os desafios e dilemas da atualidade.

Realização:



Apoio:



Organização:

